



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República,
Luiz Inácio Lula da Silva, à Organização Editorial Mexicana (OEM)**

**Entrevista publicada em 15 de agosto de 2008, em 38 jornais mexicanos
pertencentes à OEM**

Jornalista: Entendo que o Brasil, em dois anos, começará a experimentar o etanol da celulose, um biocombustível de segunda geração. Que vantagens ele apresenta frente ao extraído da cana-de-açúcar? É certo que o etanol da celulose poderá vir a ser o combustível do futuro?

Presidente: Em 2006, o Brasil produziu 17,7 bilhões de litros de etanol (hidratado e anidro) e exportou 3,3 bilhões de litros. Com relação ao biodiesel, a previsão é de um mercado de 1 bilhão de litros/ano a partir deste ano. Os biocombustíveis representam cerca de 14% da matriz energética brasileira. Contribuem para que as fontes renováveis representem 45% da energia brasileira, o que está muito acima da média mundial. No que diz respeito ao etanol de celulose, talvez seja possível produzi-lo em escala industrial no futuro próximo. O grande entrave atual é seu alto custo, mas o Brasil se junta a outros países que fazem grandes investimentos para viabilizar essas novas tecnologias. É o que fizemos nas últimas décadas com o etanol da cana-de-açúcar, que hoje é a melhor opção em termos de custo-benefício para produzir aditivos e complemento à gasolina.

Jornalista: O diretor da Agência Internacional de Energia afirmou que os biocombustíveis ajudam a conter o preço do petróleo, mas, em contrapartida, influenciam no aumento dos preços dos alimentos. O senhor partilha dessa opinião?



Presidente: Em tempos de alta do petróleo e de insegurança energética, os biocombustíveis podem desempenhar papel crucial em garantir acesso à energia. Não podemos aceitar generalizações sobre uma suposta relação entre produção de biocombustíveis e aumento no preço dos alimentos. Nossa experiência prova o contrário: podemos aumentar simultaneamente a produção de biocombustíveis e alimentos. Quando fui à Conferência da FAO, em junho, falei sobre tipos diferentes de etanol. Nossa produção de etanol, à base da cana-de-açúcar, já deu mostras repetidas de que não procedem acusações de que produz efeitos colaterais indesejados.

Jornalista: Em 1977, a Petrobras, empresa estatal brasileira, abriu-se ao capital privado e, no ano 2000, o governo de seu país vendeu ações ao mercado internacional. O que motivou essas decisões e que limites elas impõem ao capital estrangeiro?

Presidente: A Petrobras fez abertura acionária ao capital estrangeiro. Na época, eu estava na oposição e fui contra. Hoje, parte das ações da empresa pertence à União e parte está pulverizada entre investidores privados. Mas o Governo detém o controle acionário. A direção da empresa é indicada por mim. Decisões sobre grandes projetos e investimentos são tomadas pelo Governo junto com a diretoria da Petrobras. Essa empresa investe muito em tecnologia. Prospectar petróleo a 6000 metros de profundidade, por exemplo, exige investimentos vultosos, inclusive em parceria com empresas petrolíferas privadas. A experiência brasileira é de que só com investimentos maciços poderemos saber se há ou não mais petróleo. Estou seguro de que a experiência e a capacitação tecnológica da Petrobras poderiam ser úteis no México. A Petrobras está pronta a examinar a opção de uma associação se os mexicanos assim decidirem.



Jornalista: Acaba de terminar a Rodada de Doha da OMC, negociações que já duram 7 anos e que têm por finalidade facilitar aos países em desenvolvimento a colocação de seus produtos no mercado mundial. O senhor acredita que tem havido avanços significativos ou ainda falta muito por fazer?

Presidente: Prefiro acreditar que não se esgotou a negociação da Rodada de Doha, tanto é que apresentei ao Presidente Bush, em recente telefonema, sugestão de como se poderia talvez retomar o diálogo. Creio que o bom-senso prevalecerá e todos se convencerão da necessidade de um acordo. Apesar da frustração dessas negociações, seguiremos empenhados na luta para a liberalização do comércio agrícola. Esperamos que os importantes avanços já alcançados durante as discussões sejam preservados. Precisamos pensar nos países mais pobres, que mais têm a perder com a falta de um acordo na OMC.

Jornalista: Apesar dos enormes contrastes e da desigualdade social, gostaria de saber como o Brasil tem conseguido superar suas metas de crescimento, em um cenário mundial de desaceleração econômica?

Presidente: Os números atuais da economia e a baixa vulnerabilidade em relação à atual crise nos EUA são resultado do ajuste fiscal do início do meu Governo. Fizemos nosso dever de casa: aumentamos o superávit primário de 3,75% para 4,25% do Produto Interno Bruto. Tudo isso faz a economia mais forte para enfrentar novas turbulências, o que nos dá a segurança de que o Brasil deverá crescer, em 2008, próximo aos 5,4% do ano passado. A desigualdade social continua forte no Brasil, assim como outros países da América Latina, mas avançamos muito nos últimos cinco anos. Diminuímos pela metade a extrema pobreza. 9,7 milhões de brasileiros saíram da miséria. 20 milhões migraram das classes D e E para a classe C. A renda média real



das famílias aumentou 5,3% entre 2003 e 2005. Também tivemos aumento do número de pessoas com acesso à energia elétrica, água e saneamento básico. Com o Bolsa-Família, aumentamos os incentivos para manter as crianças e os jovens nas escolas. Incluímos centenas de milhares de jovens em programas de bolsas. Criamos novas universidades e escolas técnicas, com atenção especial para os grupos mais desfavorecidos. Ainda temos muito trabalho pela frente, mas estamos enfrentando o problema da desigualdade que você mencionou atacando o mal pela raiz.

Jornalista: Segundo alguns pesquisadores, no Brasil morrem mais pessoas por dia, em consequência da violência, do que no Iraque. O que se pode fazer frente a essa situação?

Presidente: A violência é um problema real. Não são poucos os desafios que enfrentamos em matéria de segurança pública. Não tenho dúvidas de que parte importante da solução para o complexo problema da violência é a redução da pobreza e da desigualdade, conforme já indiquei. Ao mesmo tempo, não podemos ignorar a necessidade de exigir respeito à aplicação da lei e de combater a impunidade. Estamos fortalecendo e aprimorando as instituições que aplicam as normas legais, inclusive a polícia e a justiça. Ao fazê-lo, estamos aperfeiçoando nosso Estado Democrático de Direito e garantindo os direitos fundamentais de todo cidadão. Estamos também combatendo veementemente a violência no trânsito. Lei recente por mim sancionada prevê punições rigorosas para aqueles que bebem e dirigem. A fiscalização tem sido efetiva. Já provocou diminuição significativa no número de acidentes nas ruas e estradas do país.

Jornalista: O senhor é o principal propulsor da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Que objetivos se pretendem alcançar e que diferenças



tem a Unasul em relação à antiga Comunidade Sul-americana de Nações que não deu resultado algum? Em que consiste o Conselho de Defesa Sul-Americano, uma proposta também lançada pelo Brasil?

Presidente: O que houve foi tão-somente mudança de nome do bloco, aprovada por todos os países sul-americanos. Os propósitos são os mesmos originalmente propostos. Com o lançamento da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), pretendemos acelerar iniciativas comuns em áreas chave com energia, infra-estrutura, mecanismos de financiamento e educação. Isso nos ajudará a melhor explorar as imensas potencialidades da região. Estamos avançando na constituição de um Conselho Sul-Americano de Defesa que articule uma visão de defesa na região fundada em valores e princípios comuns.

Jornalista: Quando estará concluído o corredor da Amazônia, a estrada que unirá o oceano Atlântico com o Pacífico?

Presidente: A Rodovia Interoceânica está quase pronta. Ela ligará a Região Centro-Oeste do Brasil ao litoral sul do Peru. Essa estrada abrirá um canal de acesso ágil e competitivo aos mercados asiáticos. Trará inegáveis benefícios aos dois países e à região. A integração física é ferramenta indispensável para levar os benefícios do desenvolvimento a populações e regiões historicamente distanciadas dos pólos dinâmicos de nossas economias. Espero poder inaugurar a estrada com o Presidente Alan García, do Peru, no próximo ano. Estamos também financiando a construção de estradas na Bolívia. Formarão parte do corredor bioceânico que, passando por La Paz, integrará as rodovias brasileiras a portos chilenos e peruanos no Pacífico. Outros corredores bioceânicos estão em gestação, caso do eixo multimodal Manta-Manaus e da ligação rodoviária de Porto Alegre com o litoral chileno via túnel que



atravessará os Andes na altura da província argentina de San Juan.

(\$31DHKM):